

Dutra propõe controle social do governo

A democracia moderna precisa de instrumentos que tornem a sociedade mais participativa e vigilante sobre os atos do governo. Foi inspirado por este raciocínio que o senador José Eduardo Dutra apresentou projeto de lei facultando à sociedade o acesso aos sistemas de informação da administração direta, indireta e fundações dos estados, Distrito Federal e municípios.

Página 3

Francelino quer limitar em 2% toda multa por atraso

Projeto do senador enquadra tarifas públicas, Sistema Financeiro da Habitação, condomínios e planos de saúde



Francelino Pereira

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou ontem projeto de lei que estabelece limite de 2% para a multa de mora decorrente do atraso de pagamentos de obrigação contratual, abrangendo de forma indiscriminada todos os tipos de contrato.

Segundo o senador, o seu projeto atende perfeitamente à necessidade de assegurar-se que a redução da multa atingirá a todos os tipos de contrato, incluindo os que alcançam as tarifas públicas federais, estaduais e municipais.

Em sua justificativa, o senador destacou que a limitação a 2% da multa contratual por inadimplência, conforme o estabelecido no projeto de lei da Câmara, recentemente aprovado no Senado, seria discriminatória e, portanto, injusta.

Francelino Pereira disse que a proposta já aprovada deixaria de lado, por exemplo, todas as prestações relativas às tarifas públicas, ao Sistema Financeiro da Habitação, aos condomínios e planos de saúde.

Cabral: "Feira do Paraguai" custa mais que Zona Franca

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) traçou ontem um paralelo entre o custo social imposto ao País pela existência da "Feira do Paraguai", em Brasília, e a Zona Franca de Manaus (ZFM), para mostrar que a renúncia fiscal do governo é inferior à arrecadação de tributos propiciada pelas indústrias instaladas no Amazonas.

Longe de ser um enclave econômico ou um "paraíso fiscal", disse, a Zona Franca ajustou-se ao processo de abertura da economia e tem uma dinâmica própria de crescimento que se reflete em índices sociais e econômicos positivos, além de contribuição fiscal significativa.

Ao comentar matéria publicada no jornal *Correio Braziliense*, sobre exigência feita pela Procuradoria da República no Distrito Federal de extinguir o comércio de contrabando na Feira do Paraguai, o senador afirmou que os 50 milhões de dólares mensais em mercadorias contrabandeadas, conforme cálculos da Secretaria da Receita Federal, equivalem a um ano de incentivos fiscais à ZFM.

Cabral aplaudiu o Ministério Público brasileiro pela abertura de inquérito para punir

quem promove e estimula o contrabando e disse que o título da matéria, "Feira do Paraguai a um passo do fim", é "tranquilizador".

Segundo o senador, em 1995 a carga fiscal do Amazonas foi de 960 dólares *per capita*, quando a média regional atingiu 453 dólares. Citando trecho de conferência do economista Ronaldo



Bernardo Cabral

Bonfim, Cabral destacou que, em ICMS, a arrecadação do estado do Amazonas foi de cerca de 1 bilhão de dólares em 1995. Com o dobro da população, o Pará arrecada-

dou 700 milhões de dólares, 30% a menos, afirmou. Em números globais, o valor faturado no mesmo ano pelo setor industrial sediado na ZFM atingiu 12 bilhões de dólares, equivalentes ao PIB do Uruguai e ao dobro do PIB do Paraguai, frisou.

O impacto desses resultados econômicos sobre as condições sociais da região foi outro aspecto salientado pelo senador. Conforme pesquisa da ONU sobre a qualidade de vida no Brasil, divulgada em junho, acentuou, o Amazonas classificou-se em nono lugar relativamente ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e em sétimo quanto à renda *per capita*.

Fogaça aponta restrições a Cuba como ameaça à livre determinação dos povos

Senador destaca conclusões dos debates no México sobre a Lei Helms-Burton, dos quais participou como representante do Congresso brasileiro, por indicação do Parlatino

O senador José Fogaça (PMDB-RS) destacou ontem o documento que a Comissão de Assuntos Políticos do Parlamento Latino-Americano (Parlatino) produziu para distribuição em todo o continente, como resultado dos debates realizados semana passada na Cidade do México em torno da Lei Helms-Burton, recentemente sancionada pelo presidente dos Estados Unidos.

Disse o senador que os parlamentares dos países americanos de língua latina consideram a nova lei americana uma ameaça à livre determinação dos povos.



José Fogaça

“Apesar de estranhamente ser chamada de *Lei da Solidariedade Econômica e Cooperativa*, trata-se de uma lei punitiva que cria restrições a países ou empresas que estabeleçam relações comerciais com Cuba”,

complementou.

Fogaça destacou previsão de um delegado do governo mexicano que prevê prejuízo anual de US\$ 750 milhões ao México, no comércio exterior, se a lei for aplicada em toda sua extensão.

O senador gaúcho frisou também que os parlamentares latino-americanos decidiram no mesmo encontro desenvolver esforços para unificação das legislações nacionais contra o narcotráfico. Fogaça informou ter participado da reunião, representando o Senado Federal e o Congresso Nacional, por indicação da direção do Parlatino.

Consultas no SIS são pagas por servidores

A Presidência do Senado Federal esclarece que os pagamentos feitos pelo SIS à Golden Med, que no rateio geral resultaram numa consulta *per capita* excessivamente cara, foram feitos com recursos oriundos das contribuições dos próprios funcionários do Senado Federal. Tão logo ficou constatada a inconveniência do convênio para o SIS, em razão do baixo número de consultas realizadas, foi providenciado o seu cancelamento imediato. O baixo índice de consultas na Golden Med deveu-se à escolha do próprio usuário.

Entretanto, em nenhum momento foram utilizados no convênio recursos do orçamento do Senado Federal, conforme chegaram a alardear algumas notícias veiculadas em alguns órgãos da imprensa, como a CBN e o jornal *O Estado de S. Paulo*. Feita esta correção de um caso específico, pelo imediato cancelamento do convênio com a Golden Med, constata-se que todos os demais convênios ora em vigor pelo SIS comportam-se rigorosamente dentro dos preços de mercado.

Senado expõe obras de arte de funcionários

A exposição “Senado Mostra seus Artistas” foi inaugurada ontem na Vitrine dos Estados do Anexo I, com a mostra de quadros e trabalhos de arte de onze funcionários da Casa. O evento faz parte de um programa de integração artística interna promovido pela Subsecretaria de Relações Públicas, que já realizou duas exposições com esse objetivo: “Os senadores” e “Conheça sua Casa”.

Até o próximo dia 8 estarão expondo na mostra Lu Carneiro, Maurício, Delaney, Tânia, Vicente Scressia, Jonas, Isabel, Elizete, Sílvia, Maria Maia e Flores. A seguir, outros artistas da Casa deverão exibir suas obras, numa segunda etapa da exposição, de acordo com a coordenadora do programa, Liège Lemos.

Ademir solicita balanço sobre crédito educativo

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou ontem à Mesa do Senado requerimento de informações a ser encaminhado ao ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato de Souza, sobre o Programa de Crédito Educativo. O senador quer saber como os recursos do programa estão sendo aplicados e se eles estão garantindo o financiamento do estudo da juventude carente.

Ademir Andrade disse que os recursos investidos nas universidades são cada vez menores, além de, muitas vezes, mal geridos pelas instituições. A seu ver, isso faz crescer cada vez mais as instituições universitárias privadas, dificultando o acesso dos alunos carentes ao



Ademir Andrade

ensino superior.

O senador considera o Programa de Crédito Educativo fundamental para o País, mas acha que ainda há uma total indefinição do governo Fernando Henrique sobre seu funcionamento. Por isso, no seu requerimento, Ademir Andrade quer saber, entre outras questões, quais as medidas que o Ministério da Educação pretende adotar para reorganizar e estabilizar o financiamento do crédito educativo; quais as providências tomadas para evitar atrasos na liberação dos recursos contratados; quantos estudantes foram atendidos nos últimos cinco anos de vigência do programa e quantos estão sendo atendidos neste ano.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa do Senado

Dutra propõe acesso total a redes de dados

Iniciativa abre à consulta da sociedade todos os sistemas federais de informação ligados à rede do Serpro, inclusive o Siafi, ampliando atuais mecanismos de fiscalização e controle

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou projeto de lei facultando à sociedade o acesso aos sistemas de informação da administração direta, indireta e fundações dos estados, Distrito Federal e municípios. Argumentando que a democracia moderna precisa cada vez mais de instrumentos que tornem a sociedade mais participativa e vigilante sobre os atos do governo, o parlamentar disse que a melhor forma de alcançar-se esse objetivo é ampliando os meca-

nismos de fiscalização e controle.

Seu projeto estabelece que os sistemas federais de informação ligados à rede do Serpro estarão disponíveis para governos, assembleias legislativas, câmaras municipais, tribunais de contas, Poder Judiciário, Ministério Público, universidades públicas e privadas, órgãos de imprensa, entidades de classe, conselhos profissionais, partidos políticos, entidades sociais e organizações não-governamentais. Até quatro me-

ses após seu projeto tornar-se lei, ele quer que as unidades regionalizadas do sistema de controle interno do governo federal instalem terminais de acesso à Rede Serpro.

O projeto dispõe também sobre o treinamento de usuários para consultas ao Sistema de Administração Financeira do governo federal (Siafi), propiciando ao Poder Executivo a



José Eduardo Dutra

expedição de normas sobre o acesso a esse sistema, desde que não haja restrição à sua utilização. Em sua justificativa, Eduardo Dutra disse que o Siafi deu uma contribui-

ção fundamental para a modernização e transparência da máquina administrativa, ao permitir que seus usuários saibam em tempo real como e quanto o governo federal gasta.

Suplicy lembra caso argentino e alerta que, sem crescimento, risco é "cair do cavalo"

Falando pela liderança do PT, o senador Eduardo Suplicy (SP) alertou o governo brasileiro para a crise que resultou na queda de Domingo Cavallo, ex-ministro da Economia da Argentina que ganhou popularidade pelo êxito no combate à inflação e na estabilização dos preços. O senador lembrou que o Brasil também tem conseguido sucesso nessa estratégia econômica, mas advertiu que são preocupantes as altas taxas de desemprego que inquietam a Nação.



Eduardo Suplicy

"A queda de Cavallo tem muito a ver conosco", disse Suplicy, explicando: "O governo brasileiro precisa se dar conta de que, se não houver uma preocupação com o crescimento da economia, a criação de empregos e a melhor distribuição de renda, pode-se

cair do cavalo com mais rapidez do que se pensa".

O parlamentar afirmou que o presidente da República sempre deixou claro que nosso modelo econômico se assemelhava ao modelo vitorioso na Argentina, "como se as duas políticas econômicas seguissem passo a passo na mesma direção". Mas advertiu que a economia brasileira começa a apresentar sinais graves de recessão, apesar de o Ipea informar, em seu boletim conjuntural, que há uma certa retomada dos investimentos.

RETRAÇÃO

Mencionando dados da Fisp, Suplicy informou que a produção da indústria em São Paulo, descontados os fatores sazonais, teve queda de 7,7% em junho, quando comparada

a maio. Até os bens de consumo duráveis, que vinham puxando os índices da indústria para cima, segundo o senador, sofreram retração nas vendas de junho, fazendo a massa salarial cair 7,6% em comparação com 1995.

O senador reconheceu que as diretrizes econômicas do governo brasileiro diferem um pouco do plano argentino, que adota uma paridade fixa e rígida entre o peso e o dólar, enquanto no Brasil existe uma flutuação cambial, ainda que com uma sobrevalorização do real em relação à moeda americana.

Suplicy disse que o governo brasileiro continua estimulando as importações e desestimulando as exportações, conseguindo um equilíbrio na balança de pagamentos graças ao incentivo à entrada de capital especulativo. Com isso, disse o parlamentar, o governo mantém as taxas de juros altas, contribuindo para as altas taxas de desemprego

Senador elogia parecer sobre renda mínima

O parecer do deputado Germano Rigotto ao projeto do Programa de Garantia da Renda Mínima (PGRM) tornou-o mais factível, pois leva em conta os aspectos positivos de várias experiências, como as do Distrito Federal, Campinas e Ribeirão Preto, entre outras. Essa foi a opinião manifestada ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do projeto. Ele solicitou ao presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, deputado Delfim Netto, a inclusão do projeto na pauta de votações da sessão da próxima quarta-feira, dia 7. Em ofício enviado ao deputado, Suplicy destaca que o relator pedirá licença de seu mandato no dia 8 de agosto para concorrer à Prefeitura de Caxias do Sul (RS).

O PGRM, conforme disse o senador, é importante porque compatibiliza a estabilidade de preços e o crescimento econômico com a melhoria da distribuição de renda da população. Segundo Suplicy, esse é um objetivo almejado por todas as sociedades, especialmente a brasileira.

TV Senado chega a Fortaleza

Atividades dos parlamentares, em plenário e nas comissões, já podem ser acompanhadas pela população de 56 cidades. Programação diária vai das 9h30 até meia-noite e meia

SINTONIZE A TV SENADO

Agora você pode acompanhar, dia a dia, todo o trabalho do Senado Federal, atento ao que se passa nas comissões e nas sessões plenárias, transmitidas ao vivo e em seguida em várias repetições. Basta sintonizar a TV Senado, pela operadora de TV a cabo da sua cidade. A TV Senado está no ar diariamente, de segunda a sexta-feira, das 9h30 da manhã até zero hora e 30 minutos. Aos sábados e domingos, a programação da TV Senado vai das 10 às 18 horas. Acompanhe o desempenho do senador do seu estado e forme você mesmo sua própria opinião. Sem intermediários.

Cidade	Operadora	Canal
Anápolis (GO)	Net	33
Arapongas (PR)	Net	
Bagé (RS)	Net	16
Bauri (SP)	Multicanal	39
Belo Horizonte (MG)	Multicanal	41
Belo Horizonte (MG)	Cabo Total	8
Bento Gonçalves (RS)	Net	11
Brasília (DF)	Net	53
Campo Grande (MS)	Multicanal	14
Catanduva (SP)	Net	3
Caxias do Sul (RS)	Multicanal	8
Chapecó (SC)	Net	3
Concórdia (SC)	Net	21
Criciúma (SC)	Net	17
Cruz Alta (RS)	Net	7
Curitiba (PR)	Net	35
Erechim (RS)	Net	23
Farroupilha (RS)	Multicanal	14
Florianópolis (SC)	Multicanal	43
Fortaleza (CE)	RTC	45
Franca (SP)	Net	9
Goiania (GO)	Multicanal	14
Jaraguá do Sul (SC)	Net	21
Joaquim (SC)	Net	21
Joinville (SC)	Net	18
Jundiaí (SP)	Net	5

Cidade	Operadora	Canal
Lages (SC)	Net	21
Londrina (PR)	Net	35
Passo Fundo (RS)	Net	18
Novo Hamburgo (RS)	Net	5
Passo Fundo (RS)	Net	18
Pelotas (RS)	Net	18
Piracicaba (SP)		30
Porto Alegre (RS)	Net	17
Ribeirão Preto (SP)	Multicanal	14
Ribeirão Preto (SP)	Net	14
Rio de Janeiro (RJ)	Net	35
Rio de Janeiro (RJ)	Rio Cabo	40
Rio Grande (RS)	Net	12
São José do Rio Preto (SP)	Multicanal	14
Santa Cruz (RS)	Net	48
Santa Maria (RS)	Net	47
Santos (SP)	Multicanal	14
São Carlos (SP)	Net	6
São Paulo (SP)	Multicanal	14
São Paulo (SP)	TVA (a cabo)	63
São Paulo (SP)	Net	53
São Paulo (SP)	TVA-MEMDS	66
Sorocaba (SP)	Net	14
Uberlândia (MG)		8
Umuarama (PR)	Net	33
Uruguaiana (RS)	Net	7

E em todo o País para os usuários do sistema Direct-to-Home, da TVA.

Mais uma cidade brasileira acaba de ser sintonizada à TV Senado. Os trabalhos do plenário e das comissões já podem ser acompanhados desde ontem pelos telespectadores de Fortaleza (CE), através do canal 45 da RTC (Rede TV a Cabo de Fortaleza).

Com a inclusão da capital cearense, agora sobe para 56 o número de cidades que já se encontram sintonizadas à TV Senado, cuja programação diária vai das 9h30 da manhã até meia-noite e meia. Nos finais de semana a programação vai das 10 às 18 horas, trazendo um resumo de todas as atividades da Casa.

O gerente-geral da RTC, Dalton de Almeida Cordeiro, disse ontem que foi muito boa a receptividade dos telespectadores cearenses para com o novo canal, que representa mais uma opção de acesso às informações fundamentais na formação da opinião pública. Disponível a toda a sociedade, a TV Senado representa, segundo Cordeiro, um passo muito importante na construção de uma democracia forte e transparente.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
 2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
 2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
 4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo – Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa – José do Carmo Andrade
 ■ Editores – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
 Diagramação – Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal